

AGRICULTORES DO SERTÃO PARAIBANO: DESLOCAMENTOS, FAMÍLIA E RESISTÊNCIAS

Marilda Aparecida de Menezes¹

 <https://orcid.org/0000-0001-5815-975X>

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar como os deslocamentos são constituintes das estratégias de reprodução social, bem como das formas de resistência de famílias de agricultores face às práticas de dominação no espaço agrário do Sertão Paraibano. Para desenvolvermos nossa argumentação revisitaremos material coletado em pesquisas que foram realizadas em períodos diferentes, primeiramente na década de 1980 e, posteriormente, retomadas em 2007 até o presente momento. Estruturamos o artigo em três partes. A primeira analisa as relações sociais no Sertão paraibano, as transformações da relação de moradia nas décadas de 1970-80, bem como as experiências de deslocamentos de moradores entre fazendas. A segunda parte busca interpretar as narrativas de mulheres e homens sobre a experiência de migrar para a região do ABC Paulista nas décadas de 1970 e 1980. A terceira parte analisará como os deslocamentos têm sido historicamente uma estratégia de reprodução da família e um processo constituinte do território do Sertão Paraibano. Utilizaremos entrevistas e observação etnográfica realizada nos períodos de 1980-84 e de 2007-2020, na microrregião do Sertão de Cajazeiras, Paraíba, na região canavieira de São Paulo e na região do ABC Paulista.

Palavras-chave: Deslocamentos. Migrações. Agricultores Familiares. Sertão Paraibano. ABC Paulista.

FAMILY FARMERS IN THE SERTÃO OF THE PARAIBA STATE: DISPLACEMENTS, FAMILY AND RESISTANCE

ABSTRACT

The objective of the article is to analyze how displacements are constituents of social reproduction strategies, as well as the practices of resistance of farming families in the face of forms of domination in the agrarian space of Sertão Paraibano. To develop our argument, we will revisit material collected in research carried out in different periods, first in the 1980s and later resumed in 2007 until the present moment. We structure the article in three parts. The first analyzes the social relations in the Sertão of Paraíba, the transformations in the agrarian social relations in the 1970s-80s, as well as the experiences of rural workers moving between farms. The second part seeks to interpret the narratives of women and men about the experience of migrating to the ABC Region, State of Paulo, in the 1970s and 1980s. The third part will analyze how displacements have historically been a family reproduction strategy and a constituent process of the territory of the Sertão Paraibano. We will use interviews and ethnographic observation carried out in the periods of 1980-84 and 2007-2020, in the micro-region of Sertão de Cajazeiras, State of Paraíba, in the sugarcane region of São Paulo and in the ABC region, in São Paulo.

Keywords: Displacements. Migration. Family Farmers. Sertão Region of Paraíba. ABC Paulista Region.

AGRICULTORES EN EL SERTÃO DEL ESTADO DE PARAÍBA: DESPLAZAMIENTOS, FAMILIA Y RESISTENCIA

RESUMEN

¹ Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp e do Programa em Pós-Graduação em Ciência Humanas e Sociais da UFABC. E-mail: menezesmarilda@gmail.com.

El objetivo del artículo es analizar cómo los desplazamientos son constitutivos de las estrategias de reproducción social, así como las prácticas de resistencia de las familias campesinas frente a las formas de dominación en el espacio agrario del Sertão Paraibano. Para desarrollar nuestro argumento, revisaremos material recogido en investigaciones realizadas en diferentes períodos, primero en la década de 1980 y luego resumidos en 2007 hasta el momento actual. Estructuramos el artículo en tres partes. El primero analizó las relaciones sociales en el Sertão de Paraíba, las transformaciones en la relación habitacional en las décadas de 1970 y 1980, así como las experiencias de los residentes que se desplazan entre haciendas. La segunda parte busca interpretar las narrativas de mujeres y hombres sobre la experiencia de migrar a la región del ABC Paulista en las décadas de 1970 y 1980. La tercera parte analizará cómo los desplazamientos han sido históricamente una estrategia de reproducción familiar y un proceso constituyente del territorio del Sertão Paraibano. Utilizaremos entrevistas y observación etnográfica realizadas en los períodos 1980-84 y 2007-2020, en la microrregión Sertão de Cajazeiras, Paraíba, en la región cañera de São Paulo y en la región del ABC Paulista.

Palabras clave: Desplazamientos. Migraciones. Familias Campesinas. Región del Sertão de Paraíba. Región del ABC Paulista.

*Vim morar na cidade porque no Sertão
A situação não dava
Porque tudo é de meia,
Criar ninguém pode,
Nem a cabra prá dar leite ao filho,
ninguém pode criar*
(Documentário: o que eu conto do sertão é isso)

APRESENTAÇÃO²

O objetivo desse artigo é analisar como os deslocamentos são constituintes das estratégias de reprodução social, bem como das práticas de resistência de famílias de agricultores face às formas de dominação no espaço agrário do Sertão Paraibano. Para desenvolvermos nossa argumentação revisitaremos material coletado em pesquisas realizadas em períodos diferentes, primeiramente na década de 1980 e, posteriormente, retomadas em 2007 até o presente momento.

No período de 1980-1984, realizamos pesquisa sobre as migrações de indivíduos e famílias que saíam da microrregião de Cajazeiras, no estado da Paraíba, na esperança de melhores condições de vida no então atraente e disputado mercado de trabalho das indústrias automobilísticas da região do ABC Paulista. Essa pesquisa resultou em dissertação de mestrado (Menezes, 1985). Observamos que os deslocamentos não expressavam necessariamente uma transição do campesinato para o proletariado industrial, ou a ruptura com o meio rural e integração ao modo de vida urbano, mas articulavam as formas de reprodução camponesa e de trabalho assalariado, tese que também é defendida por vários autores tais como Meillassoux (1977), Garcia Jr., Heredia e Garcia (1980), Garcia Jr., (1989), Palmeira (1977), Lopes (2013), dentre outros.

² Meus agradecimentos à Edgard A. Malagodi, Jaime dos Santos Junior, Maciel Cover e Marcelo Saturnino da Silva pelas sugestões, críticas e comentários. O texto final é de minha inteira responsabilidade.

Passados vinte e três anos dessa primeira incursão, retornamos à microrregião do Sertão de Cajazeiras em 2007 para localizar algumas famílias dos migrantes entrevistados entre 1980 e 1984. Encontramos um novo cenário, os deslocamentos históricos para as regiões metropolitanas de São Paulo e Brasília, que marcaram aquela região desde a década de 1950, já não eram tão intensos. Uma nova rota migratória havia reconfigurado o cenário socioeconômico com reflexos na vida dos indivíduos e famílias. Sucede que, na década de 1990, intensificou-se o deslocamento, principalmente de homens e jovens, para o trabalho no corte de cana na região canavieira do Estado de São Paulo. Essa atividade passou a ser então uma fonte de renda monetária importante para a sobrevivência das famílias, assim como para compra ou reforma da casa, aquisição de eletrodomésticos, moto e, mais raramente, compra de terra (Menezes, 2014)³.

Em 2013, iniciamos duas novas pesquisas que tinham como objetivo compreender, através da memória, as experiências de trabalho, família e sociabilidades das mulheres e homens agricultores no Sertão Paraibano e na região do ABC Paulista. A retomada da pesquisa, após cerca de vinte e cinco anos, perseguia o mesmo argumento já aventado no início da pesquisa, de que os deslocamentos de indivíduos e famílias era constituinte de sua experiência social, de suas trajetórias de trabalho e vida bem como das transformações no Sertão Paraibano, agora alargando o espectro empírico. Retomamos as entrevistas realizadas na década de 1980 e realizamos novas entrevistas sobre as memórias dos migrantes que permaneceram na região do ABC, ou que retornaram aos seus municípios no Sertão Paraibano. Mas isso fez com que os eixos analíticos que orientaram nosso trabalho, no início da década de 1980, também fossem se alterando no tempo para dar conta de novas questões que surgiram nesse momento.

Em seu generoso texto, Santos Junior (2020) sintetiza os deslocamentos dos eixos analíticos em nossa trajetória de pesquisa:

Em diálogo com o tratamento feito pela literatura da época sobre as migrações, [Marilda Menezes] assume a perspectiva de compreendê-las a partir dos seus “determinantes estruturais”, como havia sugerido Paul Singer (1976). No suposto de que as migrações não são um fenômeno determinado por motivos, vontades individuais, mas um processo social determinado pelas condições concretas de vida e trabalho.

(...) O privilégio do olhar retrospectivo nos permite ver como o desenvolvimento posterior dos seus trabalhos foi deixando de lado, gradativamente, essa abordagem mais próxima de um marxismo estrutural em favor de uma perspectiva voltada para a compreensão da subjetividade dos indivíduos e da experiência que se nutre a partir das práticas sociais. Podemos perceber também, lendo esse trabalho, a importância que assumirá o conceito de trajetória de vida (trajetórias sociais), nesse momento ainda pouco explorado, a julgar a influência que Edward P. Thompson e Daniel Bertaux exerceram em sua formação (Santos Junior, 2020, p. 4-5).

³ Esses deslocamentos foram objeto de pesquisas realizadas por mim e por orientandos de mestrado e doutorado no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG (Menezes, 2014, 2015; Silva, 2011; Cover, 2015).

Ao relermos os textos produzidos a partir das entrevistas realizadas na década de 1980 em diálogo com as novas entrevistas realizadas a partir de 2007, com um olhar mais atento para as subjetividades, observamos que as narrativas sobre as dificuldades das condições de vida dos moradores, rendeiros, pequenos proprietários eram entremeadas às representações da condição de “sujeição/sujeito” e “cativeiro/cativo” em oposição a “liberto”. A necessidade de sair da localidade, migrar, sair “pelo meio do mundo” (Scott, 2009), revelava-se como uma possibilidade de escapar da “sujeição”, como bem analisou outros autores a partir de pesquisas em outras regiões da Paraíba e Pernambuco, como Garcia Jr. (1988, 1989) e Scott (2009).

Garcia Jr. (1988), sobre os deslocamentos de trabalhadores na região do Brejo Paraibano na década de 1970/80, diz:

Esta descrição objetiva das diferentes formas de residência e de trabalho, e de diferentes trajetórias sociais, não permite contudo explicar a experiência destes deslocamentos, tal como vivida pelos trabalhadores, nem a maneira como falam e descrevem tais mudanças: qualquer que seja a posição ocupada no espaço social, ou trajetória, falando sobre si próprios ou sobre terceiros, ou ainda sobre a totalidade do espaço social, o discurso se organiza em torno da oposição entre *libertos e sujeitos* (Garcia Jr., 1988, p. 6).

Seguindo essa pista, pretendemos analisar como essas categorias – sujeitos e libertos – são mobilizadas, tanto nas narrativas presentes nas entrevistas realizadas na década de 1980, quanto nas que realizamos a partir de 2013 no Sertão Paraibano e na região do ABC Paulista. Os deslocamentos de indivíduos e famílias são não apenas constituintes das estratégias de reprodução social, como, também, ações de enfrentamento às condições de exploração e dominação nos territórios do Sertão Paraibano. Nos termos nativos, são estratégias de “escapar da sujeição”. Apesar de termos privilegiado os deslocamentos para fora da microrregião, como por exemplo para região canavieira de São Paulo e para o ABC Paulista, ao relermos as entrevistas com pequenos proprietários, moradores e rendeiros, realizadas em 1980 (como parte do projeto atual de pesquisa⁴), observamos que os deslocamentos entre fazendas são, também, constituintes das trajetórias dos moradores no Sertão Paraibano e se revela como uma estratégia de procurar um “bom patrão” e escapar do “mau patrão”.

Este artigo está estruturado em três partes. A primeira analisa as relações sociais no Sertão paraibano, as transformações da relação de moradia nas décadas de 1970-80, bem como as experiências de deslocamentos de moradores entre fazendas. A segunda parte busca interpretar as narrativas de mulheres e homens sobre a experiência de migrar para a região do ABC Paulista nas décadas de 1970 e 1980. A terceira parte analisará como os deslocamentos têm sido historicamente uma estratégia de reprodução da família e um processo constituinte do território do Sertão Paraibano.

⁴ Projeto de Pesquisa: Memórias de Camponeses(as) do Sertão Paraibano e Trabalhadores(as) da Região do ABC Paulista: Trabalho, Gênero e Família. CNPq, Bolsa de Produtividade, Pq 1C, 2021-25.

Utilizaremos entrevistas e observação etnográfica realizada nos períodos de 1980-84 e de 2007-2020, na microrregião do Sertão de Cajazeiras, Paraíba, na região canavieira de São Paulo e na região do ABC Paulista.

A RELAÇÃO DE MORADA E OS DESLOCAMENTOS DE MORADORES ENTRE FAZENDAS

O Sertão Paraibano, na década de 1970-80, caracterizava-se pela concentração de terra em poucas mãos e pelo predomínio, nas médias e grandes propriedades, do sistema produtivo tradicional baseado no consorciamento do algodão arbóreo (mocó), o milho e o feijão de corda ou macassar (Alves, 1978; Menezes, 1985) e da relação de morada. O morador trabalhava em regime de parceria. A partilha variava em função do acordo fixado entre patrão e morador. Havia uma tendência para o patrão se responsabilizar pela cerca, broca e plantio da semente de algodão, o que o desvinculava de obrigações ligadas a benfeitorias junto ao morador. Neste caso, a partilha é “meia” de todas as culturas (50% para o morador e 50% para o patrão). Esta relação vem sofrendo modificações ao longo dos anos, sempre evoluindo para uma maior extração do produto do trabalho.

Os pequenos proprietários, que não tinham capital para se tornarem criadores, dependiam da comercialização do algodão para garantir a parte monetária de sua subsistência. Nesse sentido, a decadência do algodão em princípios da década de 1980 e a expansão da pecuária geraram um processo de expropriação desses sujeitos.

Antes, o morador, além da roça consorciada com algodão, tinha direito a criar alguns animais, principalmente caprinos, suínos e aves, consideradas “criações de pobre” e também a plantar algumas culturas alimentares, como o milho e feijão. Com a intensificação da pecuária, o gado passou a competir em situação vantajosa, palmo a palmo, pela terra, solapando os direitos do morador. Relendo alguns textos de Afrânio Garcia Jr. sobre a relação de morada e a transição da condição de sujeito para liberto, aprendemos uma importante observação. Ele nos diz:

Constata-se que não era a “terra” que era concedida aos *moradores*, mas a autorização de realizar certas práticas precisas que podiam ser controladas pelo *senhor* ou por prepostos (Garcia Jr, 1988, p. 9).

A expressão “acesso à terra” tinha sido, para nós, de uso corrente, mas de fato é problemática, porque não era a terra que era concedida aos moradores, mas apenas a autorização do patrão para que os moradores realizassem certas atividades. Prova disso é que as atividades permitidas estiveram sempre sujeitas aos mandos e desmandos do “senhor”. No início da década de 1980 não se encontrava, praticamente, patrão que permitisse a criação⁵. Os animais representavam uma reserva de valor

⁵ Sobre isso, há narrativas de mulheres e homens bem interessantes no documentário “O que eu conto do Sertão é isso”.

permanente para todas as despesas monetárias da família: compra de mercadorias, socorro numa doença, despesas de cerimonial e outras.

Nessas condições, a permanência do morador na propriedade dependeu, na grande maioria das vezes, da sua capacidade de suportar a expropriação de suas condições de reprodução, como nos relata alguns rendeiros e moradores:

O morador é assim, se aguenta o patrão, deixa as coisas prá lá, e muitos não aguenta e *devassa*⁶ (rendeiro).

É o que faz a gente sair de uma propriedade à outra é o sofrimento (rendeiro).

O morador vai embora por causa do mal passadinho (morador).

Para analisarmos a experiência dos que “aguenta o patrão” e ficam na propriedade e dos que “não aguenta e devassa”, citaremos aqui fragmentos de entrevistas de dois moradores, um que se deslocou entre diversas fazendas até construir uma casa na área urbana do município e se tornar rendeiro e outro que morou por cerca de 20 anos na mesma propriedade. José nasceu em 1928. Realizamos a entrevista em 23 de setembro de 1983, no bairro São Sebastião, em São José de Piranhas/PB. Seu pai era morador, residindo em várias fazendas. Aos 22 anos, em 1950, migrou para a região do ABC Paulista, onde ficou seis anos. Retornou em 1956, casou-se com Francimar, e residiu, ainda alguns anos, em fazendas de médios e grandes proprietários na condição de morador. Trabalhou e viveu em diversas propriedades, em suas palavras: “caçando um bom patrão”. Finalmente adquiriu um terreno na cidade, em São José de Piranhas, e construiu uma casa, continuando a trabalhar na agricultura como rendeiro.

José – Não, permitia. Agora, eu fiquei morando com outro patrão, só fiz mudar mesmo de patrão.

Marilda – O senhor foi morar porque lá tinha casa, e o senhor decidiu ir para lá?

José – Tinha uma casa vazia na propriedade de um velho, no setorzinho bem pertinho da minha mãe. Eu já tinha sido vaqueiro dele; aí, eu me casei e ele me chamou para ficar com ele, aí eu fiquei. Também, morei pouco tempo, teve uma época ruim, para mim, que pegou logo o tempo de 58 (1958). Só morei 10 meses com ele. Quando foi no outro ano, eu já fui morar no Peba.

Marilda – Por que foi que o senhor decidiu sair de lá?

José – Porque a situação dele também era fraca, porque ele era pobre e as terras fracas, também. Aí, não dava para mim. Aí, comecei a *caçar patrão*, aí, fui caçando patrão e nenhum dando certo, tudo pobre, e tudo, como se diz, uns negócios ruins, aí, eu fui embolando, embolando, e no fim, morei por todo canto e nunca achei um patrão que me servisse, não.

Marilda – Quantas vezes o senhor mudou de casa?

José – Eu mudei foi muito.

Francimar – A gente já se mudou umas 20 vezes.

⁶ Sobre o verbo devassar, encontramos os seguintes significados: invadir; espreitar, ver, olhar; ter vista para dentro de; pesquisar; publicar, divulgar; tornar lasso, infringir (proibição ou privilégio); tornar relaxado; tornar licencioso; deitar a perder (moralmente). (<https://dicionario.priberam.org/devassa>, acesso 24.8.22). Acreditamos que devassa aqui significa “cair fora”. No contexto das relações de morada, entendemos que devassa se aproxima da ideia de “tornar licencioso”: que abusa da liberdade, que agride as normas e convenções sociais (<https://www.google.com/search?q=licencioso+significado&oq=licencioso&aqs=chrome.1.69i57j0i20i263i512j0i51213j0i3015.5502j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, acesso 24.8.22).

Marilda – Para o senhor mesmo, o senhor acha que é mais vantagem para o senhor viver assim, morando na rua⁷ e trabalhando de meeiro, de rendeiro, do que ser morador, hoje?

José – Eu acho que para mim a situação é melhor.

Marilda – Por que?

José – Eu acho que é melhor, porque, aqui na rua eu estou solto, meus filhos estão soltos, eu planto com um patrão aí do tanto que vejo que dou conta com as minhas posses, não vou aperrear ele, e então na hora que eu termino minhas obrigações lá, aí já tô solto para ganhar um meio de serviço, fazer uma *empeleita*, meu filho ganhando daqui, outro ganhando de lá, e a gente vai se rebolando, para nós no fim do ano não está devendo a ninguém.

Marilda – E na propriedade como morador?

José – E na propriedade não posso me virar para canto nenhum, só é ali dentro, me *sujeitando* naqueles negócios que não valem nada, que não prestam pra mim. Quando for no fim do ano estou devendo e não tem com que pagar, porque também, os anos não estão ajudando. E estou *sujeito* a ficar lá, porque está devendo, se eu sair dali eu não vou comer e para sair, devendo ao patrão, eu também não saio. Se eu for sair por minha conta, ele não me indeniza, o que eu tenho lá, para pagar a ele, para eu não sair por minha conta. Então, eu estando aqui, eu estou melhor.

Mudar de uma fazenda para outra, “caçando um patrão bom”, orientava-se pela expectativa de que outro patrão pudesse oferecer melhores condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas e de criação, bem como atender as necessidades da família, seja em adiantamento ou ajuda monetária na compra de itens tais como suprimento de gêneros alimentícios, compra de remédios, entre outros.

Se os deslocamentos entre fazendas marcam a trajetória de alguns moradores, a de outros evidencia a permanência por anos, décadas e até por gerações na mesma fazenda. Vejamos o caso de outro morador. João nasceu em 1918, tinha 65 anos em 1983, era aposentado desde os 62 anos de idade. Não tinha terra, trabalhava na condição de morador numa propriedade de 500 hectares no município de Bonito de Santa Fé/PB quando realizamos a entrevista. O regime de trabalho era o de “parceria”, sendo a metade do algodão, arroz, 1/6 do milho e feijão entregues ao patrão. Trabalhava também no “alugado”, em torno de dez dias ao mês. Nos baixios, que são as áreas mais férteis da propriedade, plantava-se arroz e o capim para alimentação do gado do proprietário. A família de João cultivava cinco hectares de algodão em consorciamento com milho e feijão. Na propriedade haviam três moradores, sendo um deles o vaqueiro. Era casado com Maria, com 13 filhos, nas idades de 8 a 35 anos de idade. Quando o entrevistamos em 11 de outubro de 1983, dez filhos e filhas já haviam migrado para a região do ABC Paulista, tinham, em 1983, entre 15 e 48 anos. Os menores de idade – com 9, 10 e 13 anos – estavam com ele e a esposa.

⁷ *Rua ou pontas-de-rua* são termos nativos para locais de residência nas áreas urbanas da cidade, povoados, vilas distritos. Andrade (1980) e Garcia Jr. (1989) indicam que esses termos estão associados à condição de liberto. “A *rua* aparece assim, geralmente, associada à condição de liberto, e seu crescimento intenso nos últimos anos é explicado muitas vezes como uma forma de se escapar da *sujeição* aos grandes proprietários (Garcia Jr., 1989, p. 53). “O trabalhador vive neste aglomerado que chama geralmente de “rua”, para ter a liberdade de trabalhar no dia que quiser, frequentar o culto religioso que desejar, votar no candidato que preferir ou que melhor pagar o seu voto, ter vida social mais movimentada, pois organiza danças, geralmente aos sábados, pode frequentar bodegas e tomar cachaça e ter o direito de receber salário um pouco mais elevado” (Andrade, 1980, p. 110).

Na década de 1960, todos os filhos(as) estavam em casa e compunham a força de trabalho familiar para as atividades na agricultura. Conforme ele relata, a família cuidava de 120 tarefas:

Marilda – O sr. conseguia sozinho cuidar de 120 tarefas?

João – Ah! Neste tempo eu tinha 4 filhos e lutava com gente direto. Lutava na diária com 5 trabalhadores, quando terminava a colheita fazia a conta e no dia 10 de janeiro ele soltava o dinheiro do ano todo, do produto todo. E botava na obrigação de cuidar do algodão até final de abril, aí tinha que fazer aqueles trabalhos todos, o dinheiro só dava prá roça de algodão, quando fosse no tempo da cata de algodão, lá tinha que vender o milho, feijão, faça o que desse, quando era em novembro, fazia a conta, pagava ele, se sobrasse bem, se não sobrasse, geralmente nem sobrava nem ficava devendo. Quando é no outro ano começava a mesma coisa. Tudo de novo, só dava mesmo prá tirar a despesa.

Marilda – O sr. achava que era vantagem para o sr.?

João – Não dava vantagem não, é tanto que eu entreguei toda a raiz, vi que não dava, aí meus meninos desabaram para o Sul, aí eu fiquei aqui no *Baixio*, o home me arrumou uma casinha, aí fiquei botando bem pouquinho, aí foi o tempo que eu fiquei com estes meninos pequenos e entreguei a raiz do algodão e o que a gente vem tirando agora dá prá come, quando o ano é bom dá pra come 1 ano, e quando o ano é ruim como este, dá prá comê 6 meses, aí vamo escapa com o dinheiro da aposentadoria, no dia que acha um ganhozinho a gente tá pegando, quando não acha escapa como Deus quiser.

No início da década de 1980, quando as filhas e filhos mais velhos já haviam migrado para São Paulo, ele se muda para a outra propriedade no *Baixio*:

Marilda – Na outra propriedade antes do *Baixio*, porque o senhor resolveu ir ficando lá?

João – Porque pra sair só encontrava outro mais ruim do que ela, porque nem dinheiro o patrão não arrumava, e ele arrumava e tinha terra suficiente que dava pra trabalhar, a gente quando se acabava, ela no outro mês já arrumava de novo, então, quem não tem terra quando arruma um patrão assim, dá graças a Deus tira o tempo, pra muda prá outro mais fraco não dava e assim ele conseguia, nunca deixava a gente passar fome, ele soltava o dinheiro e quando soltava o dinheiro no mês de fevereiro, tirava a conta toda, no outro ano a mesma coisa, e assim tirei estes anos todos quando sai, não sai com uma camisa, mas também devendo não fiquei.

É importante realçar que essa experiência de João se situa na década de 1960 e 1970, período que precede à expansão da pecuária e decadência do algodão, com a consequente desestruturação do sistema tradicional de consorciamento entre algodão-milho-feijão. Nesse contexto, as melhores terras foram destinadas ao plantio de capim, como ele mesmo nos relata na entrevista:

Marilda – Qual foi o motivo que levou o morador a não morar tanto tempo nas propriedades, a diminuir o ano de morada?

João – A depois dá pecuária, foi este motivo, o patrão não manda, mas o reideiro vê que não dá, desocupa. Porque o camarada mora há 8/10 anos, como eu conheço deles, quando a depois desta pecuária, aí o patrão diz agora você vai fazer o seguinte, este baixio que você plantava, você vai planta de milho, feijão pra você asitua o capim pra mim, aí vai planta, se o ano for bom, deixa uma colheita que permite passar 1 ano, e se for um ano ruim, só dá pra situa o capim, ele não tem ordenado nenhum, planta o capim e não tem ordenado, aí deixa o capim assituado, no próximo ano vem um invernozinho, o capim se levanta e ele não tem mais direito.

Compreendemos que a experiência dos deslocamentos entre fazendas, ou a permanência por um longo período, expressa, nos termos de Thompson (1981), uma forma concreta de como o João e

família lidaram, enfrentaram e buscaram alternativas às condições de exploração e dominação na relação de morada.

A avaliação de João era que o patrão, para quem trabalhou por cerca de vinte anos, era “bom”, pois além de permitir cultivar uma extensão de terra de acordo com a disponibilidade da família, também adiantava o dinheiro até o período da safra. Isso permitia um equilíbrio das despesas, da produção e consumo, mesmo resultando em soma zero ao final do acerto, ou seja, como ele diz, “nem sobrava nem ficava devendo”. Todo ano recomeçava o ciclo de endividamento, reafirmando a relação de dependência e dominação personalizada do morador em relação ao patrão. Embora todo o esforço conjunto da família “só dava mesmo prá tirar a despesa”, a percepção dele era que não valeria a pena correr o risco de deixar a propriedade, “porque pra sair só encontrava outro mais ruim do que ela, porque nem dinheiro o patrão não arrumava”. Assim, a avaliação sobre a condição de morador é compassada não só pelas condições objetivas do trabalho agrícola, das formas de comercialização e renda monetária, mas também pelas percepções /avaliações do morador sobre a relação com o patrão. Para João, o patrão era considerado “bom” porque cumpria com as suas obrigações econômicas e sociais com o morador.

No caso de José, a estratégia em mudar de patrão é cadenciada pelas condições objetivas da estrutura fundiária e das relações sociais no campo, na região do Sertão Paraibano, ou seja, para quem não tinha terra, a alternativa era a condição de morador; mas “caçar outro patrão” foi a forma de lutar por melhores condições de trabalho e vida, no desejo de conquistar espaços de autonomia, como ele conta,

Aqui na rua eu estou solto, meus filhos estão soltos; (...) E na propriedade não posso me virar para canto nenhum, só é ali dentro, me sujeitando naqueles negócios que não valem nada, que não prestam pra mim.

Os deslocamentos entre fazendas expressaram a capacidade de ação de José e sua família face às condições de exploração e dominação, o que traduz, nos termos de Scott (1985, 1990, 2002), uma forma de resistência cotidiana talhada no entendimento das condições de exploração e submissão do morador e nas ações concretas de enfrentamento. Embora não tenha alterado substancialmente as condições da relação de morada, contribuiu para questioná-la, evidenciando que os moradores, embora envoltos em relações de dependência personalizada, mobilizaram as armas possíveis, nos termos de Scott, as armas dos fracos, constituindo-se como sujeitos ativos na história das relações sociais do campo no sertão paraibano.

DESLOCAMENTOS PARA A REGIÃO DO ABC PAULISTA: ESCAPAR DA SUJEIÇÃO E MELHORAR DE VIDA

A decadência do algodão, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, e a expansão da pecuária geraram um processo de expropriação dos pequenos proprietários e expulsão dos moradores, que, em sua maioria, foram morar nas “pontas de rua” dos pequenos municípios do sertão ou migraram para outros municípios da Paraíba e de outros estados do Brasil.

A permanência do morador na propriedade dependeu, na maioria das vezes, da sua capacidade de suportar as condições de expropriação (Palmeira, 2009), pois ele foi perdendo, gradativamente, alguns “direitos” da relação de morada, como o adiantamento de dinheiro antes da safra para gastos com alimentos e outras necessidades da família. A sua saída não ocorre por expulsão direta do patrão, mas é ele quem “decide” sair como uma forma de escapar às condições de expropriação. Esta forma de expulsão do morador é similar à “expulsão indireta”, estudada por Sigaud (1979) para o caso do morador dos engenhos e usinas de cana de açúcar na Zona da Mata pernambucana na década de 1970.

Uma vez morando na rua, transformam-se em “rendeiros”, categoria que inclui trabalhadores que vivem em áreas urbanas do município, que continuam a cultivar pequenos pedaços de terra em locais distantes de suas casas, bem como designa aqueles que vivem na área rural, mas não tem terra, e pequenos proprietários com terra insuficiente, que em geral possuem um “chão de terra” e plantam em terras de outros proprietários (Andrade, 1980; Menezes, 1985). O rendeiro se sente mais livre para “escolher” o patrão, para expressar suas opiniões e para “colocar questão na justiça”. É mais fácil um rendeiro colocar questão no sindicato do que um morador. Nas conversas informais e entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, de 1980 a 1984, observamos que os rendeiros se sentiam à vontade para contar sobre a sua situação, elaborando pontos de vista críticos sobre o patrão e a relação de morada. Ao passo que os moradores expressavam certos silenciamentos, dissimulações, especialmente em questões que envolvia diretamente um julgamento do patrão. Raramente referiam-se ao próprio patrão e, quando esboçavam alguma crítica, falavam genericamente “os patrões”, acrescentando, não raras vezes, “não o meu, o meu é bom”.

Dada a precariedade das alternativas locais e existindo a possibilidade de trabalho em condições comparativamente melhores, alguns membros da família muitas vezes migravam como estratégia de sobrevivência. Migrar, principalmente para os moradores e rendeiros, além de ser uma estratégia para enfrentar o processo de expropriação de suas condições de produção, revela-se também como uma estratégia de escapar da sujeição. Ao decidirem tentar a vida em outro lugar é como se dessem um basta à situação que ali vivenciam. Muitos contam com orgulho que a ida para São Paulo os retirava da condição de dependência do patrão.

Nas décadas de 1970 e 1980 o destino mais importante era São Paulo, mas havia também a migração para Brasília.

Quanto aos que migravam, eram tanto pequenos proprietários, quanto os moradores e rendeiros, porém, o ato de migrar assume significados diferentes para cada uma dessas categorias.

Para os pequenos proprietários, a migração de alguns membros da família aliviava a pressão demográfica sobre a terra, permitindo que outros membros ficassem na propriedade. Um caso esclarecedor é o de um pequeno proprietário com 50 tarefas (mais ou menos 16 ha.). Ele tinha dez filhos, dos quais cinco solteiros (quatro mulheres e um homem com dezoito anos), três casados na Paraíba e dois filhos casados fora (um homem em São Paulo – entrevistado – e uma filha casada, em Vitória da Conquista/BA). Ele lançou mão de diferentes estratégias. Dois filhos casados ficaram morando na propriedade e trabalhavam com o pai numa propriedade vizinha, como rendeiros. Outro filho migrou para a região do ABC Paulista, logo após o seu casamento. O pai acreditava que não tinha outra solução. Entrevistando o filho, em São Paulo, esse revela que sendo a terra do pai insuficiente, a única alternativa para escapar da condição de morador, rendeiro ou meeiro, era migrar para São Paulo.

para ser meeiro o lugar é São Paulo. Prá quem não tem o lugar é São Paulo, porque o cara vem do norte prá cá, chega aqui, arruma um lugarzinho prá morar, arruma serviço numa fábrica, vai trabalhar, mesmo que tem que pagar um aluguelzinho, mas se der prá ele pagar aluguel por mês, cumê, vesti e calçá, tá bom demais, não tem esse negócio de ficar devendo prá ninguém (ajudante, filho de pequeno proprietário, 1984).

Para os pequenos proprietários, portanto, a migração de alguns filhos impede a subdivisão da terra, facilitando a reprodução dos que nela permanecem. Os moradores e rendeiros, por não possuírem terra, são mais propensos a migrar do que os pequenos proprietários.

A migração do morador, do meeiro é bem maior do que a do pequeno proprietário. Tem gente que tem uma propriedadezinha aqui, que se amarra, nem que sofre muito, se amarra e acontece que é melhor mesmo. Quem não tem nada, coitado, já viu. Padece no sofrimento mesmo (Morador, 1983).

A migração, assim como a saída do morador para as “pontas-de-rua”, é considerada, na percepção do trabalhador, como libertação da relação de dependência direta do patrão. Scott (2009, p. 266) analisa os constrangimentos da reprodução da família nos engenhos, pontas de rua e sítios em Pernambuco e conclui,

A última instância, à qual muitas famílias camponesas são levadas a recorrer, é soltar os membros da família no “meio do mundo”. Este “meio do mundo” é um espaço simbólico de uma “liberdade” que se apresenta a todos como uma maneira de aproveitar recursos em locais mais distantes, onde o contexto de poder também não está mais tão ao alcance do conhecimento familiar (Scott, 2009, p. 266).

Nas entrevistas realizadas na década de 1980 e de 2007-2020, observamos narrativas sobre as condições de trabalho e moradia do morador, das transformações de morador em rendeiro, das motivações para migrar, das avaliações sobre a condição de trabalho e vida na cidade. Selecionamos fragmentos de duas entrevistas, de uma mulher, cuja a entrevista foi realizada em 1984 na região do

ABC Paulista; outra de um homem entrevistado em 2014 em São José de Piranhas/PB. Analisaremos como e o que narram sobre o trabalho e moradia no Sertão Paraibano e no ABC Paulista.

Amália nasceu em 1949, é a filha mais velha de José (ao qual nos referimos na primeira parte desse artigo), foi a segunda a migrar, em 1973, quando tinha 24 anos. Veio com o marido, o qual já havia migrado dois anos antes. A entrevista foi realizada em junho de 1984, Amália estava com 35 anos. No início da entrevista, ao falar sobre as condições do morador, relata como o dono da propriedade, em que o pai morou por cerca de vinte anos, criando obstáculos para o plantio nas áreas mais férteis da propriedade em fins da década de 1970. Vejamos:

Marilda – Conta um pouco Amália, que você tava lá (em Bonito de Santa Fé) esses dias, como é que são as coisas lá com seu pai?

Amália – É porque eu...então, o papai tinha trabalho lá naquelas terras, né. Ele quer pôr roça⁸ lá, mas o patrão não quer, ele quer que o papai trabalhe em cima da serra(...) porque meu pai não tem condições de trabalhar, já tá velho e ele não tem mais condições de trabalhar em cima daquela serra. E o papai falou assim que se ele não desse roça lá perto de lá onde mora, ele ia tentar roça com outro, entendeu?

Marilda – Ah! sim.

Amália – Ele foi e falou pro papai, que se fosse pro papai trabalhar com outro e morar lá, ele disse que ia sair daquela casa.

Marilda – Por que é que ele não deixa? As melhores terras estão sendo plantadas com que?

Amália – Não, ele falou que aquelas terras não podem plantar, porque aquelas terras tem época que eles precisam pro gado, prá criar gado. Por isso que ele não deixa meu pai botar (roça). Ninguém, ele falou que ninguém vai colocar roça ali. E, inclusive a gente tava falando, eu mesmo falei pro papai: se fosse prá ele trabalhar na serra, ele não fosse, que ele é muito doente, ele já tá velho. Não dá prá ele mais trabalhar.

Entrevistamos José cerca de oito meses antes de Amália, ele relatou que esse patrão era “bom” porque adiantava dinheiro, não mencionou essa situação que estava vivenciando. O silenciamento de José sobre essa questão não significa omissão, esquecimento, mas era algo que, caso partilhado publicamente, no caso com uma entrevistadora da universidade, poderia colocar em risco a relação de reciprocidade com o patrão. Tratava-se, portanto, de um “discurso oculto” nos termos de Scott (1985, 1990, 2002). José tinha pleno conhecimento e sentia que as condições exigidas pelo patrão estavam deteriorando as suas condições de vida e trabalho, mas, devido ao medo e a insegurança geradas pela relação de dominação e dependência, era arriscado relatar publicamente, ou para pessoas que não era das redes pessoais de parentesco e amizade e, portanto, de confiança.

Amália visitou o pai em 1983 e tentou convencê-lo a se mudar para a “rua”, alugar uma casa e ficar trabalhando nas fazendas, ou seja, ser “rendeiro”, mas ele não tinha condições de comprar uma casa:

Amália – Papai sofre muito porque sempre ele se pegou sofrendo, né? Inclusive papai não gosta de morar lá e eu falei prá ele, porque que ele não mora na rua, trabalhava em que ele quisesse, mas ele tem uma história que vai pagar aluguel. (...) Ele disse que quer comprar uma casa, né. Se pudesse comprar uma casa, né...

⁸ Pôr roça: botar roça é fazer um plantio de mandioca, em geral consorciada com milho e feijão, cujo ciclo é superior a um ano.

Ela entende que até pagando aluguel seria melhor estar morando na cidade, porque estaria livre controle do patrão:

Amália – Eu mesmo... sempre... inda hoje eu falo, reclamo pro meu pai, se ele... quando a gente era tudo pequeno, se ele pôr a gente na cidade, nem que fosse prá gente vender água na rua, pegar água num jumento, com as latas em cima e pegar a água e vender na rua, talvez a gente tivesse arrumado um pouco disso tudo, né. Mas ele sempre teve medo, sempre teve medo de morar na rua, não sei porque.

(...) E eles acham que se fosse morar numa cidade prá pagar aluguel, eles iam sofrer mais ainda. É isso que eu falo que eles têm medo de enfrentar a vida. Eu não tenho medo de enfrentar nada, porque você sabe, eu vim de lá, eu enfrentei... inda hoje eu tô enfrentando, porque a vida aqui também você sabe que não é fácil. E eu trabalho prá me manter, ainda ajudo eles lá, quando eu posso eu ajudo.

Amália não mobiliza as categorias “sujeito” e “liberto”, mas o que emerge com maior força em sua narrativa são as noções de medo e coragem para enfrentar essas condições de dominação. A “rua” é compreendida como o espaço onde se tem mais liberdade, ao menos na gestão da força de trabalho – “trabalhava em que ele quisesse”. Ao dizer que o pai e muitos moradores na localidade têm “medo”, expressa que o modo como lidam com as relações de dominação tendem a ser de acomodação. Isso se opõe à forma como ela própria trata as mesmas condições – “não ter medo de enfrentar nada”. A migração para um lugar distante, com os riscos de não conseguir emprego, ter que encontrar moradia, buscar novas sociabilidades é, para ela, uma forma de enfrentar, lutar por melhores condições de vida e dignidade. Na nossa compreensão, “ter medo” ou “enfrentar/ter coragem” não significa ser submisso em oposição a reagir/confrontar as relações de dominação. Mas são formas diferenciadas de tratar e representar as relações de dominação. As expressões do “discurso oculto” são, muitas vezes, a forma de resistência possível em contextos de constrangimentos econômicos, sociais, políticos e culturais, como é o caso da relação de moradia (Scott, 1985, 1990, 2002, Menezes, 2002b). “Enfrentar”, no caso da experiência de Amália e de homens e mulheres que resolveram sair da propriedade e ir para as “pontas de rua”, ou se deslocar para lugares distantes, não significa o enfrentamento direto àquele que domina, aos patrões, aos políticos locais, através de ações individuais ou coletivas como protestos, questões na justiça, ação sindical. “Enfrentar”, no campo de possibilidades naquele período, era deslocar-se daquele espaço social para outros espaços, com a expectativa de melhorar em termos econômicos, conquistar direitos trabalhistas, melhorar o acesso à educação e saúde.

O segundo caso que selecionamos alguns fragmentos é o de Artur, que nasceu em março de 1952 e migrou em 1973, aos 21 anos, para São Caetano do Sul, ABC Paulista. Aposentou e retornou a São José de Piranhas para morar com a esposa, em 2012. Fizemos a entrevista em 27 de março de 2014. Ao iniciarmos a entrevista, perguntamos:

Marilda – Por que que o senhor saiu daqui e o senhor saiu em que ano? O que lhe motivou a deixar?

Artur – Naquela época a vida de 1973 era um trabalho na agricultura de meia, e essa metade para o patrão, metade para a gente, isso explica porque muita gente daqui foi embora, saindo daqui para o Aguiar (município vizinho a São José de Piranhas), fui embora para São Paulo. Entrei numa empresa trabalhei oito anos, antes de conhecer minha esposa (...), mas vinte e três anos em outra empresa me aposentei, trabalhei com transporte escolar e meu destino era vir para a Paraíba, né?

Não detalha nada sobre as condições do trabalho na agricultura. Após relatar sobre alguns empregos, o casamento e a moradia em São Caetano do Sul, diz,

Marilda – Então o senhor contou que trabalhou de meia, né? Como era a vida da família que morava na propriedade de outra pessoa, conte o período de infância, e de juventude aqui em São José de Piranhas?

Artur – Esse período de renda, de meia, essa renda é o seguinte: Ela é assim, trabalha de meia não tem direito a uma roupa, não tem direito a um calçado, não tem direito a uma festa, os pais (meus pais) não deixavam estudar, pra ele filho não era pra estudar, era pra trabalhar. Era o que ele decidia, era isso. A gente tirava dez arroba de algodão cinco era do patrão e cinco era da gente, o dinheiro que eles emprestavam a juro queria cobrar pra ele ganhar bastante e a gente ficava sem nada, chegava o final de ano não tinha dinheiro pra ir a uma festa, essa era a vida (...) Isso aconteceu muito. Não falando mal e nem falando bem, mas era época que o povo era *sujeito* aquilo era obrigado...

Artur migra com a expectativa de melhorar de vida e escapar das condições de expropriação da relação de moradia – “da época que o povo era sujeito”. Garcia Jr. (1989), em seu já clássico livro “O Sul caminho do roçado”, mostra-nos a densidade material e simbólica das categorias de “libertos” e “sujeitos”:

Quando o discurso dos agentes sociais se organiza em torno da oposição entre libertos e sujeitos, a análise sociológica pode estudar os múltiplos referentes dos usos sociais dessas classificações, tanto a nível material como simbólico, e melhor precisar como a disputa sobre o significado legítimo da própria noção de *liberdade* é parte integrante e tem um papel ativo no processo de transformação social (Garcia Jr, 1989, p. 16).

A injusta partilha da produção entre o morador e o patrão, no caso a “meação” – metade para o morador e metade para o patrão –, e do endividamento a juros, levava o morador e a família a “ficar sem nada, sem renda para atender necessidades básicas de consumo como roupa, calçado, e de lazer”. Ele tinha 21 anos e, como jovem e solteiro, dedica a fase produtiva da vida trabalhando com disciplina, com longas e intensas jornadas de trabalho para melhorar de vida na região do ABC Paulista até conquistar a aposentadoria. Para ele, agora é o “tempo de descanso”. Se a lembrança do tempo no sertão é marcada pela condição de “sujeito”, o tempo no ABC Paulista é exaltado como a conquista dos direitos que culminam na aposentadoria, da casa própria, do carro, da melhoria na alimentação, como o consumo de carne e de outros bens de consumo.

Histórias como a de Artur e Amália revelam que, se de um lado os migrantes de áreas rurais da região Nordeste, que iam para a região metropolitana de São Paulo, serviram para promover o projeto de modernização do Brasil, de outro, buscavam, nos seus deslocamentos – que não eram só físicos, mas sociais, políticos, culturais (Sayad, 1998) – a possibilidade de realização de um projeto

de vida individual e familiar. É uma predisposição para buscar recursos em São Paulo e poder retornar, em momento oportuno, para suas localidades na Paraíba, ou fixarem moradia definitiva em São Paulo (Garcia Jr., 1989; Menezes, 1985, 2002a).

Embora migrar como forma de escapar da condição de morador, ou da dependência do patrão como rendeiro, seja uma alternativa individual, não deixa de ser uma forma de luta, de resistência cotidiana. Em sua análise sobre a transição da relação de moradia no Brejo Paraibano, Garcia Jr (1988) nos diz:

Para os moradores, sem ter como se defender frente às arbitrariedades dos senhores, privados dos meios de acumular e possuir bens materiais, e despossuídos do controle do futuro de suas vidas, a partida em direção a cidades industriais, embora extremamente custosa, material e psicologicamente, podia se constituir em uma alternativa viável (Garcia Jr., 1988, p. 23).

Assim como Garcia Jr (1989) para o Brejo Paraibano, observamos que as migrações do sertão para a região do ABC Paulista não tiveram o poder de suprimir as condições de dominação dos senhores sobre o morador e os meeiros, mas contribuiu para diminuir a sua eficácia. Eram frequentes as queixas dos médios e grandes proprietário sobre a falta de morador devido a migração (Menezes, 1985). Também Garcia Jr. (1988) observa que as migrações contribuíram para diminuir a eficácia das estratégias dos senhores de engenho.

SERTÃO PARAIBANO: TERRITÓRIO DE DESLOCAMENTOS E PERTENCIMENTO

Nessa terceira parte, o nosso objetivo é mostrar como os deslocamentos têm sido uma estratégia histórica de reprodução social das famílias de agricultores – pequenos proprietários –, moradores e rendeiros no sertão paraibano. Nas suas trajetórias há diversas modalidades migratórias, com duração variada, bem como diferentes arranjos familiares (Menezes, 1985, 2002, 2004). Alguns homens migravam sozinhos e, posteriormente, traziam a mulher e os filhos, em outros arranjos, migrava toda a família, outra situação era quando os homens passavam toda a vida produtiva migrando temporariamente e a mulher ficava cuidando do roçado e dos filhos até esses alcançarem a maioridade, momento ritual de transição para a fase adulta e para a iniciação na migração (Menezes, 1985, 2002, Woortmann, 1990).

As formas de mobilidade são difusas no espaço e no tempo. Acompanhar os territórios em uma perspectiva temporal permite compreender as transformações socioeconômicas e as dinâmicas migratórias. As migrações para a região metropolitana de São Paulo, na década de 1970 e 1980, foram analisadas no contexto das transformações nos sistemas produtivos e das relações de trabalho no sertão paraibano. Retornando à região em 2007, observamos que os deslocamentos para fora da região continuavam compondo as estratégias de reprodução social das famílias, oriundas dos sítios, distritos rurais e da área urbana do município, no entanto, havia um redirecionamento, da metrópole paulista

para a região canavieira do estado de São Paulo. De trabalhadores do importante setor industrial da região ABC, em que havia a possibilidade de mobilidade social, passaram a ser cortadores de cana. Não ocorreu apenas uma mudança de rota migratória, mas uma fragilização na sua condição de trabalhador migrante, vivenciando, nas usinas de São Paulo, condições degradantes e extenuantes de trabalho, moradia precária e trabalho sob vigilância da usina, com restrições na liberdade de movimentos dos trabalhadores.

O corte de cana, apesar de ser um trabalho de intensa exploração do trabalho e degradação do corpo e da saúde dos trabalhadores (Novaes; Alves, 2007; Silva, 2006; Silva, 2007, 2008), tem sido uma fonte importante de renda. Durante o período que trabalham nas usinas, cerca de oito a nove meses, os trabalhadores costumam enviar recursos financeiros para as famílias que permanecem em seus locais de origem. A frequência do envio destes recursos varia de acordo com a idade e o estado civil. Os casados costumam enviar todos os meses e os solteiros esporadicamente, a depender da necessidade dos pais ou irmãos (Menezes, 2014; Cover; Menezes, 2020).

Analisando os dados de usos do salário, verificamos que os gastos em consumo, compra de eletrodomésticos e moto absorvem a maior parte da renda dos trabalhadores migrantes. Entre os solteiros, o uso da renda é principalmente com consumo e compra de moto, mas, também, há alguns que investem em terra. Já para os casados, os gastos com consumo para despesas pessoais e moto são menores que os solteiros e os investimentos na casa assumem uma proporção significativa, com aplicação de 16% da renda trazida do trabalho nas usinas (Menezes, 2014).

Embora os gastos com consumo sejam relevantes, há duas ressalvas a considerar. A primeira é que há um desejo de compra de terra tanto entre os solteiros, quanto entre os casados. Os que conseguem comprar terra, animais e motos, em geral, são aqueles que retornam da safra com valores monetários maiores, decorrentes, sobretudo, de alta produtividade alcançada pelo próprio trabalho. Assim, a possibilidade de investimento é obtida às custas da exploração intensa do trabalhador migrante que tenta alcançar níveis máximos de produtividade, arriscando a saúde e a vida. A segunda ressalva é quanto ao investimento em moradia, que é relevante seja para a compra da casa, seja para a construção ou reforma. Isso identifica a estratégia econômica e simbólica dos trabalhadores migrantes de permanecer nas suas localidades – sítios, distritos rurais, bairros dos pequenos municípios onde residem.

As práticas econômicas e simbólicas dos homens trabalhadores migrantes e de suas famílias – mulheres, filhos e filhas –, indicam que suas localidades, embora expropriadas economicamente, são territórios⁹ tecidos por projetos de vida em que a família, a casa, as relações de parentesco e de vizinhança continuam atuando como referências de ordenamento econômico, social e simbólico

⁹ Para uma análise mais detalhada sobre a noção de território aplicado às práticas migratórias, ver: Almeida e Baeninger (2011), Menezes (2012), Nogueira (2010) e Tarrus (1996).

(Menezes, 2014), conforme também constatado por Garcia Jr. (1989), em pesquisa no Brejo Paraibano na década de 1980, ao dizer que a aquisição da casa própria era um passo essencial na emancipação dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de longa duração no sertão paraibano, de 1980 até 2020, permitiu observar como as trajetórias de indivíduos e famílias de agricultores são marcadas por deslocamentos, que nos termos de Sayad (1998) constituem um “fato social total”, com dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais. São vidas em movimento em territórios de mobilidade (Menezes, 2012). Diversos setores econômicos – agricultura, indústria, serviços – têm se beneficiado da disponibilidade dessa mão de obra proveniente de territórios rurais. O sertão não é um território apenas de origem de migrantes, de força de trabalho, um “viveiro de mão de obra”, termo corrente em muitos estudos sobre migrações. É um território preñado de historicidade, marcado pelo ir e vir de homens e mulheres e famílias de agricultores, pela circulação de bens – roupas, eletrodomésticos, remédios, motos que chegam, ou são adquiridos com renda ganha fora da localidade –, de separação e reagrupamento da família, vizinhos e amigos. A condição de mobilidade não significa mero desenraizamento e desagregação familiar, mas uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes e relações sociais (Martins 1986; Sayad, 1998).

Sair de uma propriedade para outra, como no exemplo de José, foi uma tentativa de amenizar a sujeição, buscando um “bom patrão”, mas pode transformar-se também em permanência, para ficar um período longo de anos com medo de sair e ter um patrão pior, como foi o caso de João. Deslocar-se, para trabalhar em empregos urbanos, ou em safras, expressa a luta por melhores condições de vida, assim como estratégia para escapar das relações de dominação, especialmente da condição de morador. Essa é a esperança dos que se deslocam. Sem afastar a possibilidade, por suposto, de que encontrem outras relações de dominação nos empregos industriais, ou nas safras agrícolas. Os que trabalharam em indústrias na região do ABC Paulista nas décadas de 1970 e 1980 falam sobre a “humilhação”, termo nativo que expressa a vida sem independência, sujeito à autoridade do chefe e/ou patrão. Alguns “aceitaram” a humilhação, o que não significou falta de consciência, mas foi a forma possível de segurar o emprego e a garantir anos de casa, como foi o caso de Artur, que mobilizou a noção de sujeito/sujeição para falar da condição de morador. Ele foi perseverante nos empregos na região do ABC Paulista até conquistar a aposentadoria e realizar o sonho de retornar a Paraíba para morar próximo de familiares seus e de sua esposa. Outros, como foi o caso de Lindomar, que migrou em 1977 para São Bernardo do Campo/SP, trabalhou na Volkswagen, tinha um bom salário, mas não aguentou a “humilhação” e retornou em 1984 para São José de Piranhas/PB, onde reside até o presente momento. Realizamos entrevista com ele em 1983, 2013 e 2014. Atualmente se

dedica a cuidar da criação de algumas vacas e possui um pequeno comércio. Lindomar contrasta a autonomia que os agricultores têm no sertão paraibano – “sem ser mando por seu ninguém” – e a posição de subordinação na fábrica e diz: “nós somos empregados”.

Migrar para trabalhar e conquistar renda permanece como uma necessidade e um destino que se apresenta como difícil de escapar. As condições degradantes do trabalho no corte manual de cana estão inscritas no corpo exaurido e desgastado dos trabalhadores. No entanto, é uma atividade que permitia o sustento da família e pequenos investimentos. Com a mecanização do corte de cana nas usinas de cana de açúcar de São Paulo, houve uma redução drástica do emprego. Eis que surgiram novas oportunidades de emprego e rotas migratórias, como a venda de roupas em outros estados da região Norte do Brasil e o trabalho nas usinas do Sul da Bahia (Menezes 2020). Quando carecem as oportunidades de emprego em um local é preciso continuar se deslocando para outros locais em busca de novas atividades, assim, o sertão paraibano continua sua saga de ser um território de mobilidades.

Os deslocamentos para fora de suas localidades não mais têm permitido às mulheres e homens agricultores do sertão paraibano conquistar as condições para a autonomia de sua reprodução social, seja através de compra da terra, ou atividades de comércio, como identificaram nossas pesquisas das décadas de 1980 e 1990 (Menezes, 1985, 2002) e os estudos de Garcia Jr. (1989) para a região do Brejo Paraibano. Embora o acesso à terra seja uma possibilidade cada vez mais remota e um sonho utópico, a compra ou reforma da casa tem um significado material e simbólico na sua trajetória social, permitindo-lhe uma certa autonomia e espaço de liberdade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. R.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, XXVIII, 2011, Recife.

ALVES, F. J. C. *Fatores do crescimento das cidades do sertão paraibano*. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1978.

ANDRADE, M. C. *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Livraria Editora ciências Humanas, 1980

COVER, M.; MENEZES, M. A. Estratégias de renda de trabalhadores migrantes e a mecanização da colheita de cana-de-açúcar: um olhar desde o Sertão Paraibano. *Estudos Sociedade e Agricultura*. v. 28, n. 2, p. 458-475, set 2020.

COVER, M. “*Andar pelo mundo*” e “*morar no sítio*”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano. Campina Grande/PB, 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2015.

GARCIA Jr., A. R. *O Sul: Caminho do Rocado. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. 1. ed. São Paulo: Marco Zero/CNPQ/UNB, 1989.

- GARCIA Jr., A. R. Libertos e sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 7, p. 6-41, jun. de 1988.
- GARCIA Jr., A. R.; HEREDIA, B.; GARCIA, M-F. Campesinato e plantation no Nordeste. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, n. 78, v. 1, p. 267-297, 1980.
- LOPES, J. S. L. Entrevista com Moacir Palmeira. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 435-457, jan./jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100017>.
- MARTINS, J.S. *O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil*. In: J.s.Martins. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986
- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. 1 ed. México: Siglo XXI. 1977.
- MENEZES, M. A. de. Trabalhadores migrantes em usinas de cana de açúcar: condições de trabalho e práticas de resistência. In: QUARANTA, G.; MASCHERONI, P. (Orgs.). *Trabajo agrario y ruralidades en transformación*. Cambio social y organizaciones en la ruralidad globalizada. Buenos Aires: CLACSO, p. 93-111, 2020.
- MENEZES, M. A. de. Entre a região Nordeste e São Paulo: migrantes e trabalho no período de 1950 a 2010. In: CUTTI, D. et al (Orgs.). *Migração, trabalho e cidadania*. São Paulo: EDUC, p. 163-184, 2015.
- MENEZES, M. A. de. Trabalhadores migrantes: processos de expropriação e reprodução da família. In: MARTINS, R. C. (Org.). *Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*. Diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EDUFSCAR, p.155-174, 2014.
- MENEZES, M. A. de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER, R. (Orgs.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 21-40, 2012.
- MENEZES, M. A. de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste In: Emilia P. de Godoi, Marilda A. de Menezes, Rosa A. Marin (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo/Brasília: UNESP/NEA. v. II, p. 269-288, 2009.
- MENEZES, M. A. de. Migration patterns of Paraíba Peasants. *Latin American Perspectives*, v. 31, n. 2, Issue 135, p. 112-134, mar. 2004.
- MENEZES, M. A. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de Famílias de Camponeses-Migrantes*. João Pessoa: EDUFPB. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002a.
- MENEZES, M. A. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação. *Raízes*. v.21, n. 1, p. 32-44, 2002b. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.177>
- MENEZES, M. A. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho*. Campina Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, 1985.
- NOGUEIRA, V. S. *Sair pelo mundo: a conformação de uma territorialidade camponesa*. Campinas/SP. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2010.

- NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.
- PALMEIRA, M. G. S. *et al.* Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro. n. 76, p. 207-292, 1977.
- PALMEIRA, M. G. S. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional (1977). In. WELCH, C. A. *et al* (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. v. 1. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 204-216, 2009.
- SANTOS JUNIOR, J. Veredas, Inquietações e Engajamentos: sobre o desafio de “ler” Marilda Menezes. *Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo*. n. 7, p. 1-22, enero-julio 2020.
- SAYAD, A. *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCOTT, J. C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Massachusetts: Yale University, 1985.
- SCOTT, J. C. *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002. <https://doi.org/10.37370/raizes.2002.v21.175>
- SCOTT, R. P. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativoiro” e o “meio do mundo”. In. GODOI, E. P.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social*. São Paulo: UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural, p. 245-268, 2009.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades: 1979.
- SILVA, M. A. de M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”. In. NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.). *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCAR, p. 55-86, 2007.
- SILVA, M. A. de M. Cortadores de cana e os (não) direitos. *Travessia: Revista do Migrante*. v. 21, b. 61, maio/ago, 2008. <https://doi.org/10.48213/travessia.i61.521>
- SILVA, M. S. S. *Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência*. Campina Grande/PB. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFCG, 2011.
- SILVA, M. S. *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural*. Campina Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFCG, 2006.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, p. 29-60, 1976.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. *Annales de la Recherche Urbaine*, n. 59/60, 1996.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, p. 35-51, jan./jun. 1990.

Outras Fontes:

Documentário O que eu conto do Sertão é isso. UFPB, Núcleo de Extensão Cultural/ cinema, 1978. Pesquisa/argumento/roteiro/ realização: Francisco José Alves, José Roberto Novaes, João Otávio Paes de Barros, Maria Rita Assumpção, Romero Azevedo, Umbelino

<https://www.youtube.com/watch?v=M2L3iUeW0LA&t=66s>